

**PROJETO DE LEI Nº       , DE 2016**

**(Da Sra. BRUNA FURLAN)**

Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI os preparados anti-solares biodegradáveis e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS sobre tais produtos.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI os preparados anti-solares biodegradáveis e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS sobre tais produtos.

**Art. 2º** O art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 7º .....

.....

*XXXVIII - os preparados anti-solares biodegradáveis, classificados no código 3304.99.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).*

.....” (NR)

**Art. 3º** O art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 1º .....

.....

*XLIII - preparados anti-solares biodegradáveis, classificados no código 3304.99.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).*

.....” (NR)

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A Sociedade Brasileira de Dermatologia informa que os raios ultravioletas são um perigo para a população e indica uma série de cuidados a serem tomados pelo cidadão a fim de evitar o câncer de pele. Dentre eles, destaca-se o uso diário de protetores solares contra as radiações UVA e UVB, com fator de proteção solar (FPS) 30, no mínimo, inclusive com reaplicação a cada duas horas quando em atividade ao ar livre<sup>1</sup>.

Os raios ultravioletas, por sua vez, têm se tornado mais perigosos por conta da deterioração da camada de ozônio (O3), filtro de proteção à vida animal e vegetal que vem sendo destruído pela falta de cuidado com o meio ambiente. Estima-se que Estados Unidos, parte da Europa, da China e do Japão já perderam 6% da proteção de ozônio. E, segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), para cada 1% de perda da camada de ozônio, ocorrem 50 mil novos casos de câncer de pele e 100 mil novos casos de cegueira em todo o mundo<sup>2</sup>.

O presente projeto de lei propõe uma medida que auxilia na correção de ambos os problemas: ela garante a proteção à saúde humana e a preservação do meio ambiente. Para tanto, estamos propondo a desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, da Contribuição

<sup>1</sup> <http://www.sbd.org.br/informacoes/sobre-o-cancer-da-pele/como-prevenir-o-cancer-da-pele/> Acesso em 21-3-2016.

<sup>2</sup> [http://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/questoes\\_ambientais/camada\\_ozonio/](http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/camada_ozonio/) Acesso em 21-3-2016.

para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS sobre os protetores anti-solares biodegradáveis.

O objetivo é incentivar a produção de protetores que não poluam o meio ambiente, incentivando, ao mesmo tempo, seu uso como método de prevenção das doenças de pele, pelo que contamos com o apoio dos nobres Pares do Congresso Nacional para o aprimoramento e aprovação desta iniciativa.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2016.

Deputada BRUNA FURLAN